

A Rússia é uma potência imperialista?

06/05/2022

Por **CLAUDIO KATZ***

A caracterização da Rússia como um império não hegemônico em gestação contrasta com a imagem de uma potência já integrada ao imperialismo

Ninguém perguntaria se a Rússia atuava como potência imperialista nos anos que se seguiram ao colapso da União Soviética. Nessa época, discutia-se apenas se esse país manteria alguma relevância. A era Iéltsin levou à insignificância internacional de Moscou e todas as avaliações sobre o imperialismo referiam-se aos Estados Unidos.

Trinta anos depois, esse cenário mudou drasticamente, com o ressurgimento da Rússia como ator geopolítico importante. Esta mudança reabriu os debates sobre a pertinência da categoria imperial para esse país. O conceito está associado à figura de Putin e exemplificado pela recente invasão da Ucrânia. Esta incursão é vista como uma contundente evidência de um imperialismo russo renovado.

As visões mais recorrentes consideram que essa marca é um dado indiscutível. Destacam que Moscou oprime seus vizinhos com o objetivo de socavar a liberdade, a democracia e o progresso. Denunciam também que o Kremlin intensifica sua agressividade a fim de expandir um modelo político autocrático.

Erros convencionais

Os principais governos e meios de comunicação ocidentais questionam as incursões de Moscou, que justificam no próprio campo. O emprego de tropas na Ucrânia, Geórgia ou Síria é apresentado como inaceitável, mas as ocupações do Afeganistão, Iraque ou Líbia são interpretadas como episódios habituais. A anexação da Crimeia é categoricamente repudiada, mas a apropriação de terras na Palestina é calorosamente bem-vinda.

Esta hipocrisia é combinada com denúncias inverossímeis para atemorizar a população. Um gigantesco poder russo é descrito com uma capacidade imensurável de dano. A manipulação de Moscou das eleições estadunidenses através de infiltrações e algoritmos tem sido a acusação mais absurda desta campanha.

Todas as conspirações diabólicas são atribuídas a Vladimir Putin. Os meios de comunicação mostram-no frequentemente como a encarnação do mal. É retratado como um déspota que reconstrói um império com métodos brutais de totalitarismo interno (Di Palma, 2019). Nunca são feitas comparações com as plutocracias elogiadas dos Estados Unidos ou da Europa, que impõem a convalidação do domínio exercido pelas elites governantes.

Os liberais costumam descrever o imperialismo russo como uma doença enraizada na história autoritária do país. Consideram-na uma sociedade com uma antiga compulsão para subjugar os territórios alheios (*La Vanguardia*, 2020).

Com esta visão, repetem lugares comuns, sem avançar numa avaliação séria do problema. Se a Rússia contivesse o gene do império em sua constituição inata, não faria muito sentido aprofundar o estudo da questão. Seria simplesmente um caso perdido face às virtudes bem conhecidas do Ocidente.

Com a mesma naturalidade que se ressalta a onipotência imperial da Rússia, os Estados Unidos e seus parceiros são dispensados dessa condição. O imperialismo é visto como um corolário da autocracia de Moscou, que o apego à tolerância republicana tem evitado no universo transatlântico. Como esta narrativa é compatibilizada com o saque colonial sofrido pela África, Ásia e América Latina é um mistério sem solução.

As diatribes contra Moscou recriam o velho libreto da Guerra Fria, que contrapunha o opressivo totalitarismo russo com as maravilhas da democracia americana. Os mortos espalhados pelo Pentágono para assegurar os lucros desse paraíso são rigorosamente ocultados. O contraste entre a felicidade estadunidense e a lúgubre sobrevivência da Rússia tem persistido como um mito invariável.

A compulsão imperial do Kremlin também é vista como um infeliz recurso do país para lidar com seu destino sombrio. As opiniões eurocêntricas mais extremas veem os russos como um grupo étnico branco que não soube assimilar a civilização ocidental e ficou preso no atraso do Oriente. O castigo nazista tentou resolver esta anomalia exterminando parte dos eslavos, mas a derrota de Hitler enterrou durante muito tempo as óticas detratadas. Atualmente, reavivam-se os velhos preconceitos.

Para avaliar o lugar da Rússia no clube das potências imperiais com alguma seriedade, tais disparates precisam ser arquivados. Antes de tudo, é necessário clarificar o estatuto desse país no universo do capitalismo. A vigência deste sistema é uma condição de pertença ao aglomerado imperial. A ignorância

desta conexão impede que os liberais (e seus vulgarizadores midiáticos) se aproximem da compreensão do problema.

A reintrodução do capitalismo

Há três décadas, prevalecem na Rússia os três pilares do capitalismo. Restaurou-se a propriedade privada dos meios de produção, consolidaram-se as regras de lucro, concorrência e exploração e introduziu-se um modelo político que garante os privilégios da nova classe dominante.

A adoção deste sistema foi vertiginosa. Em apenas três anos (1988-1991), a tentativa de Gorbachev de reformas graduais da URSS foi enterrada. Como seu modelo de *Perestroika* rejeitava a renovação socialista e a participação popular, uma restauração arrasadora do capitalismo foi facilitada. A velha elite autodestruíu seu regime, a fim de se livrar de todas as restrições que impediam sua reconversão em classe proprietária.

Iéltsin dirigiu esta transformação fulminante em 500 dias de privatizações. Dividiu a propriedade pública entre os mais próximos e transferiu metade dos recursos do país para sete grupos empresariais. O novo sistema não surgiu, como na Europa Oriental, de fora e sob influência ocidental. Foi gestado de cima e no interior do sistema precedente.

A burocracia transformou-se numa oligarquia por uma simples troca de roupa. Essa mesma mutação de defensores do comunismo em exaltadores do capitalismo foi verificada em todos os países associados ao Kremlin.

É evidente que a estagnação econômica, o declínio da produtividade, a ineficiência do planejamento compulsivo, o desabastecimento e a subprodução determinaram o mal-estar que precipitou o colapso da URSS. Mas a magnitude destes desequilíbrios foi sobredimensionada, esquecendo-se de que nunca apresentaram a dimensão das derrocadas financeiras sofridas pelo capitalismo ocidental. A economia soviética não enfrentou, por exemplo, um terremoto equivalente ao desmoronamento padecido pelos bancos em 2008-09.

O modelo da URSS foi enterrado politicamente por uma classe dominante que remodelou o país. Nesta alteração reside a grande diferença em relação à China, que manteve intacta sua estrutura tradicional de governo, num novo cenário marcado pela presença dos capitalistas em primeiro plano.

Esta diferença determina a preponderância de uma restauração já concluída na Rússia e uma disputa ainda não resolvida na China. A gestão do Estado tem sido a variável decisiva do retorno ao capitalismo. Este giro tem o mesmo alcance histórico que a queda dos regimes monárquicos no surgimento desse sistema.

Iéltsin forjou uma república de oligarcas que se apoderaram do petróleo, do gás e das exportações de matérias-primas. Introduziu uma gestão autoritária do poder executivo e uma fraude generalizada nas eleições parlamentares. Vladimir Putin conteve esta dinâmica predatória através da tensão sustentada com a nova plutocracia. Mas ele não reverteu os privilégios dos milionários. Para frear o endividamento privado, o déficit externo, o tremor monetário e o desinvestimento local, introduziu controles e contestou o poder de decisão dos ricos.

Este conflito foi resolvido com a prisão de Khodorkóvski, o deslocamento de Medvedev e o assédio a Navalny. No compasso desses acontecimentos, Putin conseguiu prorrogar seu mandato e afirmar sua autoridade. Mas convalidou as privatizações e a gestão elitista de setores estratégicos da economia. Ele apenas colocou um limite ao saque dos recursos naturais a fim de marginalizar os abastados do controle direto do governo.

Esta dupla ação é muitas vezes mal compreendida pelos analistas que colocam Putin no simples balaio dos governantes autoritários. Omitem o papel estratégico que ele desempenhou na consolidação do capitalismo. Esta convalidação exigiu um sistema político superpresidencial, assentado em burocracias e aparatos de segurança que duplicaram o tamanho do legado de Iéltsin. Putin assegura seu predomínio manipulando o sistema eleitoral e os candidatos que disputam cargos de relevância.

Mas esta supremacia não implica um modelo unipessoal dependente dos temperamentos do primeiro mandatário. O chefe do Kremlin administra de forma consensual, para preservar a coesão das elites. Neste papel moderador, evita a confrontação entre as 100 famílias que controlam a economia. Esta harmonização requer uma arbitragem, que o presidente aperfeiçoou após duas décadas de comando governamental. Na Rússia, portanto, corrobora-se a vigência do capitalismo como uma pré-condição incontornável para qualquer estatuto imperial. Mas a variedade prevalecte deste sistema levanta outras questões.

Um modelo contraditório e incerto

Há três décadas, os acadêmicos neoliberais desfolham a margarida, para desvendar até que ponto a tão apregoada “transição para uma economia de mercado” amadureceu. Nunca conseguem desvendar este curioso desenvolvimento num país que refutou todas as previsões ortodoxas de competição e bem-estar. A prosperidade capitalista prometida não emergiu das cinzas da URSS. O planejamento burocrático-compulsivo foi substituído por um modelo que ostenta maiores desequilíbrios (Luzzani, 2021).

A dinâmica habitual dos mercados enfrenta obstáculos inéditos numa economia de baixa produtividade, falta de transparência e práticas empresariais que estão em desacordo com os manuais do liberalismo. O peso dos monopólios é tão dominante como o protagonismo das máfias, num esquema ironicamente identificado com o “capitalismo jurássico”.

O curso da acumulação é marcado pela onipresença dos clãs e suas consequentes modalidades de dependência pessoal. Um círculo restrito de beneficiários lucra com mecanismos informais de apropriação, baseados na coerção estatal. Com estes padrões, o capitalismo funciona na sombra, em favor de uma elite que amplia sua riqueza com investimento limitado, decolagem produtiva ou expansão do consumo.

Várias adversidades do esquema imperante na URSS (burocratismo, corrupção, descoordenação administrativa, ineficiência) foram recicladas num modelo igualmente inoperante. As relações culturais forjadas após muitas décadas de primazia burocrática foram recompostas, gerando uma inércia que reforça a desigualdade, sem permitir o desenvolvimento de que a União Soviética se orgulhava. As velhas adversidades do modelo burocrático convergiram com as novas penúrias do capitalismo (Buzgalin, 2016).

Há trinta anos, prevalece um esquema de exportação de matérias-primas, com grandes empresas especializadas na comercialização de gás (Gazprom), petróleo (Rosneft) e recursos naturais (Lukoil). O peso do setor privado é tão marcante como o enriquecimento dos milionários ligados a estas atividades. Devido a esta dependência do combustível exportado, a Rússia tem estado submetida às flutuações internacionais dos preços do petróleo.

Esta preeminência das matérias-primas contrasta com a primazia da indústria no regime anterior. A Rússia preserva um importante desenvolvimento tecnológico, mas a abertura das importações, o desinvestimento e a simples apatia afetaram gravemente o antigo aparelho produtivo e obstruíram sua modernização. A indústria foi penalizada por uma elite liberal de exportadores despreocupada com esse setor. A pequena produção fabril também foi afetada

pelo ingresso de empresas multinacionais, num contexto de baixo financiamento interno.

O outro lado desta redução do crédito foi o endividamento externo desproporcional da elite que demoliu a URSS. Através desta hipoteca, precipitaram um descontrole dos fluxos financeiros. O efeito deste esvaziamento foi a enorme fuga para o exterior do excedente gerado no país.

A gigantesca massa de dinheiro que os oligarcas espalharam nos paraísos fiscais foi retirada da acumulação. A Rússia ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de capital expatriado, com a Argentina em terceiro. A degradação que afeta esta economia sul-americana ilustra as consequências dramáticas da expatriação de grandes patrimônios. Em 1998, esta descapitalização conduziu a uma enorme crise do rublo na Rússia.

Vladimir Putin reagiu com mudanças drásticas para conter esta vulnerabilidade neoliberal. Bloqueou a hemorrhagia dos fundos e construiu um enorme *petroestado*, que retém o excedente comercial para facilitar a salvaguarda das reservas (Tooze, 2022). Esta barragem contrapõe a fragilidade de um modelo afetado pela primarização. A consistência deste esquema é um grande ponto de interrogação para todos os economistas.

Semiperiferia atual

A Rússia é uma das economias equidistantes do capitalismo central e periférico. É uma semiperiferia localizada no elo intermediário da divisão global do trabalho. Alguns analistas compararam esta inserção à posição mundial da Índia ou do Brasil (Clarke; Annis, 2016). Nos três casos, pesa a enorme dimensão do território, da população e dos recursos. Verifica-se também a mesma distância das economias mais funcionais à globalização (Coreia do Sul, Taiwan, Malásia).

A Rússia não integra o clube das principais potências que comandam o capitalismo mundial. Mantém brechas estruturais com os países desenvolvidos em todos os indicadores do nível de vida, do consumo médio ou da dimensão da classe média. Mas é igualmente significativo seu afastamento das economias relegadas da África ou da Europa Oriental. Continua sendo uma semiperiferia tão distante da Alemanha e da França como da Albânia e do Camboja.

O gigante eurasiático tampouco atua como mero fornecedor de matérias-primas. Afirma sua enorme influência pelo fornecimento de gás a dois continentes. É por isso que compete com outros grandes fornecedores na batalha pelos preços e condições de fornecimento deste recurso. Mas nenhuma das empresas russas de energia tem a relevância estratégica dos bancos ou empresas tecnológicas dos Estados Unidos, Europa Ocidental ou Japão. O país não compete nas ligas principais da concorrência globalizada e do capitalismo digital.

O estatuto semiperiférico da Rússia na estratificação global difere da impressionante ascensão conquistada pela China ao ocupar um lugar central nesta hierarquia. Moscou não se aproximou desse pódio.

O assédio imperial norte-americano

A conversão da Rússia numa potência imperial é uma possibilidade em aberto, dado o peso do país no cenário mundial. Exibe um capitalismo instável mas totalmente restaurado e uma inserção internacional intermediária mas muito importante. Seu papel geopolítico é determinado pelo choque com a estrutura mundial dominante encabeçada pelos Estados Unidos.

A Rússia é o alvo preferido da OTAN. O Pentágono está empenhado em minar todos os dispositivos defensivos de seu grande adversário. Busca a desintegração de Moscou e esteve perto de obtê-lo na era Iéltsin, quando os bancos norte-americanos chegaram a apalpar o controle acionário das empresas russas (Hudson, 2022). Essa tentativa fracassada foi sucedida por uma pressão militar sistemática.

O primeiro passo foi a destruição da Iugoslávia e a subsequente conversão de uma antiga província sérvia na república fantasmagórica do Kosovo. Este enclave guarda agora os corredores energéticos das multinacionais estadunidenses nas proximidades da Rússia. A OTAN transformou os três países bálticos numa catapulta de mísseis contra Moscou, mas não conseguiu estender este cerco à Geórgia. Fracassou na aventura militar que tentou seu fantoche na altura (Saakashvili).

O Pentágono concentrou-se posteriormente na faixa de fronteira do sul, com uma vasta gama de operações localizadas na Transcaucásia e na Moldávia. Nesse processo, acabou transformando a Ucrânia na mãe de todas as batalhas. A obstinação ianque contra a Rússia inclui um ingrediente de inércia e outro de memória histórica da experiência da União Soviética. Demolir o país que

incubou a primeira revolução socialista do século XX é um objetivo reacionário, que sobreviveu ao próprio desaparecimento da URSS (Piqueras, 2022). Apesar da categórica preeminência do capitalismo, o Ocidente não incorporou a Rússia na sua esfera corrente de funcionamento.

Os Estados Unidos desenvolvem uma sucessão interminável de agressões para impedir a recomposição de seu inimigo. Implementa esta escalada através de uma aliança militar forjada no pós-guerra, como se o extinto campo socialista ainda estivesse de pé. A OTAN recria a Guerra Fria na mesma linha do século XX e reaviva velhas tensões internacionais. Da mesma forma que a Santa Aliança continuou hostilizando a França após a derrota de Napoleão (pela simples memória da revolução), a agressão contemporânea contra a Rússia inclui resquícios de vingança contra a União Soviética.

Cumplicidades e reações

A França e a Alemanha participam do assédio à Rússia com uma agenda própria que dá prioridade à negociação econômica. Moscou oferece fornecimentos de energia em condições muito convenientes para as indústrias alemãs, e Berlim tentou contrapor o descontentamento de Washington com essa parceria.

O ponto crítico são as obras do gasoduto construído sob as águas do Mar Báltico (*Nord Stream 2*). Já foram montados 1.230 km de dutos que conectam diretamente o fornecedor russo ao comprador alemão. Os Estados Unidos recorreram a todas as manobras imagináveis para sabotar este projeto, que rivaliza com suas vendas de gás liquefeito. Este conflito é um dos principais pano de fundo da guerra na Ucrânia.

Washington pressionou em todas as frentes e, durante a pandemia, conseguiu impor o veto europeu à vacina *Sputnik*. Agora exige a submissão total em sanções contra Moscou, o que tende a socavar os planos da Alemanha para acordos comerciais com a Rússia.

Berlim procurou tirar proveito do colapso da URSS para expandir seus prósperos negócios na Europa Oriental. Procurava usufruir da abertura comercial iniciada por Iéltsin e aspirava forjar um eixo franco-alemão para atenuar o domínio de Washington. O Departamento de Estado entrou em conflito com a Rússia para neutralizar esta estratégia e conseguiu arrastar seus sócios para a grande cruzada em curso contra Moscou (Poch, 2022).

Os Estados Unidos impuseram um rearmamento da OTAN que aumenta o fosso das despesas militares com a Rússia. Em 2021, o orçamento de guerra da primeira potência beirou os 811 bilhões de dólares, com a Grã-Bretanha investindo 72 bilhões, a Alemanha 64 bilhões e a França 59 bilhões. Estes números superam de longe os 66 bilhões da Federação Russa (Jofre, 2021).

A guerra na Ucrânia também foi precedida por uma intensificação dos exercícios militares transatlânticos conjuntos. No *Defender Europe 21* (maio e junho do ano passado) participaram 40.000 soldados e 15.000 peças de equipamento militar, com simulações muito próximas das fronteiras orientais. A Rússia tentou frear este avanço com várias propostas que foram ignoradas pelo Ocidente. Esta rejeição tem sido uma constante de Washington, que desapontou Putin uma e outra vez. O líder do Kremlin começou sua carreira com uma grande expectativa de coexistência com os Estados Unidos. Após a experiência traumática de Iéltsin, tentou alcançar um *status quo* baseado no reconhecimento de Moscou como uma potência. Com esse propósito, emitiu inúmeras mensagens de conciliação.

Vladimir Putin colaborou com a presença ianque no Afeganistão, manteve termos cordiais com Israel, cancelou entregas de mísseis a Teerã e não interferiu no bombardeio da Líbia (Anderson, 2015). Esta sintonia inicial chegou a incluir uma sugestão de associação com a OTAN.

O Departamento de Estado respondeu a todas as ofertas de paz com o aumento das incursões e Putin perdeu suas ilusões de convivência harmoniosa. Em 2007, iniciou uma contraofensiva, que consolidou com as vitórias na Geórgia e na Síria. Também manteve propostas de armistício que Washington nem sequer considerou (Sakwa, 2021).

A Rússia é hostilizada com o mesmo descaramento que o Pentágono exhibe diante de todos os países que ignoram suas exigências. Mas os Estados Unidos são confrontados neste caso com um rival que não é o Iraque ou o Afeganistão, nem pode ser maltratado como a África ou a América Latina.

Intervenção externa e armamento

A Rússia é um país capitalista que recompõe sua influência internacional, mas até sua incursão na Ucrânia não reunia os traços gerais de um agressor imperial. Tal formato pressuporia o aprofundamento de um curso geopolítico ofensivo que Putin ainda não desenvolve, mas que já sugere.

A implosão da URSS foi sucedida por tensões bélicas em 8 das 15 antigas repúblicas soviéticas. Em todos os conflitos de suas áreas circundantes, Moscou empregou sua força militar. Da discreta presença antes da destruição da Iugoslávia, passou a uma incursão fulminante na Geórgia e à atual invasão da Ucrânia.

A Rússia tenta bloquear a passagem de seus antigos aliados para o campo ocidental e pretende evitar a desestabilização de suas fronteiras. Um exemplo desta política foi a recente trégua que impôs aos armênios e azerbaijanos em Nagorno-Karabakh. Avalizou a recuperação de territórios que o segundo contendente consumou, para contrapor a derrota sofrida em 2016.

Mas diante do perigo de uma conflagração maior, Vladimir Putin forçou um armistício que desagradou seus aliados armênios. Moscou exibiu seu poderio ao impor uma arbitragem que adia a resolução dos conflitos pendentes (refugiados, autonomias locais, corredores que ligam áreas povoadas por ambos os grupos).

O equilíbrio com todas as elites locais sob seu estrito comando, orienta a intervenção do Kremlin no espaço pós-soviético. A Rússia ordena suas decisões de acordo com a doutrina Primakov, que favorece uma recuperação do peso do país para contrapor a hegemonia dos Estados Unidos (Armanian, 2020). O gestor desta concepção ganhou relevância como precursor de Putin, promovendo o projeto multipolar face ao unilateralismo norte-americano. Promoveu um triângulo estratégico com a Índia e a China (ampliado ao Brasil e à África do Sul), a fim de criar um pólo alternativo à primazia estadunidense.

Vladimir Putin seguiu estas pautas para frustrar a dominação unilateral de Washington, e com isso transformar o Kremlin num cogestor dos assuntos internacionais. Esta estratégia é muito ativa mas não define um estatuto imperial. A ação militar é o ingrediente chave desta condição e o poderio bélico da Rússia ganhou visibilidade. Moscou tem 15 bases militares em nove países estrangeiros e faz valer sua influência como o segundo maior exportador mundial de armas.

Esta influência bélica não compete igualmente com o arsenal do adversário norte-americano. Os Estados Unidos têm 800 bases estrangeiras e o dobro das exportações de armas russas. Das 100 principais empresas deste setor, 42 correspondem a Washington e apenas 10 a Moscou. Além disso, os gastos de defesa dos 28 membros da OTAN supera em 10 vezes seu equivalente russo (Smith, 2019).

Mas o impacto da economia armamentista na Rússia é muito significativo. É o único setor isento do retrocesso industrial que sucedeu a queda da URSS. A alta competitividade deste ramo já constituía uma exceção durante o declínio desse regime e foi consolidada nas últimas décadas. Putin não se limitou a preservar o arsenal legado pela União Soviética. Ele reativou a indústria militar para afiançar a presença internacional do país. Esta intervenção obriga o complexo militar a estender suas funções para além de sua lógica dissuasora. A dinâmica defensiva destes dispositivos coexiste com sua utilização para intervenções externas.

Um império não hegemônico em construção

A Rússia não faz parte do imperialismo dominante, nem é um parceiro alter-imperial ou coimperial dessa rede. Mas desenvolve políticas de dominação com intensa atividade militar. É globalmente hostilizada pelos Estados Unidos, mas adota condutas opressivas em seu próprio raio. Como definir esse perfil contraditório? O conceito de império não hegemônico em gestação sintetiza esta multiplicidade de características.

O componente não hegemônico é determinado pela posição contrastante do país em relação aos centros do poder imperial. Tal como a China, é sistematicamente assediada pela OTAN, e estas agressões colocam a Rússia fora do circuito principal de dominação do século XXI.

O elemento imperial desponta em forma embrionária. A restauração capitalista numa potência com séculos de práticas opressivas já foi consumada, mas os indícios de políticas imperiais surgem apenas como possibilidades. O termo império em formação realça este estatuto incompleto e, ao mesmo tempo, congruente com o regresso do capitalismo.

A definição de um império não hegemônico em gestação permite evitar duas unilateralidades. A primeira aparece com o mero apontamento de conflitos entre Moscou e Washington. A segunda é o enfoque exclusivo nas tendências opressivas. O duplo estatuto da Rússia – como império em ascensão em confronto com o dominador estadunidense – é ignorado pelos analistas que optam pela mera descrição da política de Moscou. Salientam corretamente que a Rússia é o maior país do planeta, sem margem possível para parcerias com a Europa ou a Ásia. Conta também com um arsenal nuclear que é superado apenas pelos Estados Unidos.

Mas a Rússia mantém um desenvolvimento econômico muito desequilibrado e com grandes debilidades em relação à China. Está no auge de uma restauração capitalista convulsiva, que obstrui sua classificação nos modelos habituais do imperialismo.

As comparações com o Brasil ou a Índia não resolvem o estatuto imperial da Rússia, uma vez que essa condição é igualmente controversa em ambas as referências. No século XXI, já não é suficiente distinguir as potências centrais dominantes dos países periféricos submetidos. A simples constatação de semelhanças entre grandes economias semiperiféricas também não esclarece o estatuto geopolítico de cada país. O assédio norte-americano à Rússia não se estende à Índia ou ao Brasil e determina um lugar muito diferente de Moscou na ordem global.

A caracterização da Rússia como um império não hegemônico em gestação contrasta com a imagem de uma potência já integrada ao imperialismo. A inserção semiperiférica, o raio limitado das intervenções militares de Moscou e a pequena dimensão das empresas transnacionais russas ilustram diferenças com um estatuto já estabelecido. Mas a Rússia tampouco inclui nítidas potencialidades imperiais devido à sua condição capitalista e ao seu papel dominante nos conflitos com os vizinhos.

O império em gestação enfrenta um teste decisivo na guerra na Ucrânia. Esta incursão introduz uma mudança qualitativa nas ações de Moscou, cujos resultados terão impacto na condição internacional do país. O conflito consolidou o lugar de oposição da potência eurasiática diante do imperialismo ocidental, mas também reforça a conduta opressiva do Kremlin em seu raio fronteiriço. As tendências imperiais que apareciam como possibilidades assumiram uma nova dimensão após a operação militar contra Kiev (Katz, 2022).

O cenário dessa contenda segue aberto. Mas caberia imaginar que, se a Rússia for bem sucedida nesta primeira incursão em grande escala, seu perfil embrionário atual tenderia a amadurecer, até atravessar a barreira que a separa de um império em regra. Inversamente, se Moscou enfrentar uma derrota súbita ou ficar atolado numa sufocante guerra de desgaste, as tendências imperiais poderiam ser abortadas antes de se realizarem. Nesse caso, a Ucrânia definiria se a Rússia consolidará ou diluirá seu salto para um estatuto imperialista.

**Claudio Katz é professor de economia na Universidad Buenos Aires. Autor, entre outros livros, de Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo (Expressão Popular).*

Tradução: Fernando Lima das Neves

Referências

Anderson, Perry (2015). Rusia inconmensurable, *New Left Review* 94, septiembre- octubre 2015.

Armanian, Nazanín (2020). El suicidio armenio y la “Doctrina Primakov”, 27/11/2020,

<https://rebellion.org/el-suicidio-armenio-y-la-doctrina-primakov/>.

Buzgalin, A., Kolganov, A., Barashkova, O. (2016). Russia: A new imperialist power? *International Critical Thought*, 6(4), 64.

Clarke, Renfrey; Annis, Roger (2016). Perpetrator or victim? Russia and contemporary imperialism, february 7, 2016, <https://www.academia.edu/28685332>.

Di Palma, Gustavo (2019). Putin y el nuevo imperialismo, 26-5-2019, <https://www.lavoz.com.ar/mundo/putin-y-nuevo-imperialismo-ruso/>.

Hudson, Michael (2022). Ucrania: los Estados Unidos quiere evitar que Europa comercie con China y Rusia, 12/02/2022, <https://rebellion.org/con-el-pretex-to-de-la-guerra-en-ucrania-los-estados-unidos-quiere-evitar-que-europa-comercie-con-china-y-rusia/>.

Jofre Leal, Pablo (2021). La OTAN contra Rusia, 22/12/2021, <https://www.telesurtv.net/bloggers/La-OTAN-contra-Rusia-20211213-0004.html>.

Katz, Claudio (2022). Dos confrontaciones en Ucrania, 1-3-2022, www.lahaine.org/katz, y (2020). ¿Ha vuelto el Imperio Ruso?, La Vanguardia, <https://www.lavanguardia.com15-2-2020>.

Luzzani, Telma (2021). *Crónicas del fin de una era*, Batalla de Ideas, Buenos Aires.
Piqueras, Andrés (2020). ¿Occidente contra Rusia (y China), <https://redhargentina.wordpress.com/2020/09/22/occidente-contra-rusia-y-china-por-andres-piqueras/>.

Poch de Feliu, Rafael (2022). La invasión de Ucrania, 22/01/2022, <https://rebellion.org/la-invasion-de-ucrania/>.

Sakwa, Richard (2021). Comprender el pensamiento estratégico ruso El mundo visto desde Moscú, 13/12/2021, <https://rebellion.org/autor/richard-sakwa/>

Smith, Stansfield (2019). Is Russia imperialist? Posted Jan 02, 2019, <https://mronline.org/2019/01/02/is-russia-imperialist/>

Tooze, Adam (2022). El desafío de Putin a la hegemonía occidental 29/01/2022, <https://www.sinpermiso.info/textos/el-desafio-de-putin-a-la-hegemonia-occidental>